

2 — Poderão candidatar-se ao curso de correspondentes de informática os indivíduos que possuam como habilitação literária o curso geral dos liceus ou equiparado, ficando a sua admissão dependente do resultado obtido em exame psicológico a realizar pela Direcção-Geral de Emprego e Formação da Administração Pública.

3 — O plano de estudos do curso inclui as matérias e respectivos tempos mínimos a seguir indicados:

	Horas
a) Noções gerais de informática	10
b) Introdução aos computadores	10
c) Noções de privacidade e segurança ...	10
d) Conceitos sobre a organização da in- formação	20
e) Introdução à programação	30
f) Tabelas de decisão	10
g) Organização de um centro de TAI ...	10
h) Introdução à análise	20
i) Caso prático	25

11.º

(Sistema de avaliação)

1 — A classificação final dos cursos traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores, que será determinada pela média aritmética das classificações obtidas em cada uma das matérias integrantes de cada curso.

2 — Consideram-se como não tendo obtido aproveitamento os candidatos que em qualquer das matérias que o constituam obtenham classificação inferior a 10 valores.

12.º

(Certificação dos cursos)

Aos participantes que obtenham aproveitamento nos cursos a que se reporta o presente diploma será passado pelas entidades competentes para a sua realização certificado comprovativo desse aproveitamento.

13.º

(Regulamentação)

1 — Os regulamentos de cada curso serão aprovados por despacho do membro do Governo competente e do Ministro da Reforma Administrativa.

2 — Dos regulamentos constarão, designadamente:

- a) As condições e forma de inscrição dos candidatos;
- b) O número e a forma de selecção dos mesmos;
- c) O prazo de apresentação das candidaturas;
- d) A forma de selecção dos formadores;
- e) A programação dos cursos.

14.º

(Entrada em vigor)

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministérios da Educação e da Reforma Administrativa, 2 de Fevereiro de 1983. — O Ministro da Educação, *João José Fraústo da Silva*. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Reforma Administrativa.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 240/83

de 3 de Março

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, conjugado com o artigo 4.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 165/82, de 10 de Maio:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelo Ministro da Reforma Administrativa, criar no quadro de pessoal do Instituto de Informática, anexo ao Decreto Regulamentar n.º 71-G/79, de 29 de Dezembro, 1 lugar de assessor, letra B, o qual será extinto quando vagar.

Ministérios das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa, 11 de Fevereiro de 1983. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Reforma Administrativa.

Portaria n.º 241/83

de 3 de Março

Considerando que os directores de serviços-adjuntos do Gabinete da Área de Sines, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 355/72, de 16 de Setembro, têm por funções, além de coadjuvarem o respectivo director de serviços, exercer directamente a chefia de uma das divisões ou serviços, vencendo pela letra D da tabela de vencimentos da função pública;

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, e do n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 354-B/79, de 18 de Dezembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelo Ministro da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º É equiparado a chefe de divisão o cargo de director de serviços-adjunto do Gabinete da Área de Sines.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Julho de 1979.

Ministérios das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa, 22 de Fevereiro de 1983. — O Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *João Maurício Fernandes Salgueiro*. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário da Reforma Administrativa.

Portaria n.º 242/83

de 3 de Março

O Decreto Regulamentar n.º 82/77, de 16 de Dezembro, criou o cargo de director de departamento, remunerado pela letra C;

A Portaria n.º 706/79, de 28 de Dezembro, equiparou este cargo a subdirector-geral para os efeitos do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 3/79, de 1 de Janeiro; igual equiparação foi expressa pelo Decreto Regulamentar n.º 71-G/79, de 29 de Dezembro, sem que contudo se tenha declarado a eficácia retroactiva desta equiparação.